

A NAÇÃO BRASILEIRA E O PROTESTANTISMO: Religião e Americanismo no Projeto Nacional de Tavares Bastos.

*Rodrigo Nóbrega Moura Pereira**

Doutorando em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo. *Aureliano Cândido Tavares Bastos elaborou um projeto para a nação brasileira que visava a reforma completa das instituições do poder público, bem como do “caráter moral” do povo. Seguindo as idéias liberais clássicas, entendia ser fundamental: descentralizar o poder político, entregando-o aos indivíduos, através das instituições provinciais, em detrimento do governo central; e regenerar as populações do Império para adequá-las aos padrões universais da moderna Civilização Ocidental. Segundo o mesmo, o avanço do processo civilizador no Brasil, sua modernização e seu progresso, dependiam tanto da expansão das liberdades individuais e da instrução pública, quanto da intensificação da interação entre o Brasil e as nações mais civilizadas do mundo. Entre estas se destacavam os Estados Unidos, como expressão máxima do tipo de organização social e política liberal, que Bastos almejava para o Brasil.*

Palavras-chave: *Império Brasileiro, Liberalismo, Americanismo, Protestantismo.*

Abstract: *Aureliano Cândido Tavares Bastos made a project to the Brazilian nation in order to full reformation of both the public institutions and the moral character of the people. Following the classical liberalism, he understood as fundamental a decentralization of power in benefit to provincial self-government and the regeneration of the Brazilians by the lights of modern civilization. To accomplish these aims, Bastos pointed out the political and religious system of the United States of America as a model for Brazil.*

Keywords: *Brazilian Empire, Liberalism, Americanism, Protestantism.*

O autor identificava a religião como um fator elementar na constituição do caráter de um povo e, no caso do Brasil, lastimava a “situação deplorável” da educação religiosa popular; mas, principalmente, repudiava a tendência antiliberal e arcaizante do clero brasileiro, adepto do ultramontanismo. Expressou com veemência sua aspiração por uma religiosidade que cooperasse com o processo civilizador, capaz de ajudar a transformar os brasileiros em cidadãos livres, aptos para o trabalho e para a participação política. Para que isso fosse possível, o primeiro pressuposto era o da plena separação entre a Igreja e o Estado. Através desta medida a religiosidade se veria livre das garras do Estado, as quais promovem sua corrupção, e seria colocada em seu devido lugar: o âmbito privado das consciências individuais.

A nacionalidade entendida como um “princípio espiritual”, como a liga de uma sociedade politicamente constituída a partir de um patrimônio comum de lembranças e expectativas, como uma adesão voluntária de cidadãos que compartilham uma mesma identidade e um sentimento de pertencimento a um coletivo – de acordo com a definição de Ernest Renan¹ – é algo que, efetivamente, esteve muito longe de acontecer no Brasil Imperial. A obra política empreendida pelas elites brasileiras do século XIX foi, sobretudo, um trabalho de construção do Estado, que começou com a transplantação da burocracia administrativa metropolitana de Lisboa para o Rio de Janeiro e se consolidou através do processo de conciliação dos interesses das elites provinciais com os do governo central, efetuado no Segundo Reinado. A nação brasileira, fosse como “plebiscito cotidiano”, fosse como sentimento coletivo ou, principalmente, como corpo de cidadãos, era algo inteiramente inexistente. Não obstante, seguindo a tendência do século, a elite política e intelectual brasileira, procurou formular uma “nação fictícia”², através da criação imaginária de uma origem indígena para o Brasil, apresentada pela literatura romântica; de uma aversão em relação à herança portuguesa, negada na prática cotidiana; de uma memória histórica incorporada ao processo educativo, que na verdade não se estendia além dos limites da própria elite.

De fato, antes de qualquer empreendimento no sentido de construir o sentimento nacional brasileiro, se fazia necessária a efetuação de um projeto para tornar os brasileiros cidadãos – especialmente, o largo contingente daqueles que estavam submetidos ao regime da escravidão –, sem o que, a nação jamais passaria de mera ficção. Assim, alguns pensadores, dentre a elite imperial, deixaram de lado a questão da elaboração da identidade nacional e, entretanto, se concentraram na formulação de um plano de procedimentos que visava tornar o Brasil um corpo de cidadãos livres e civilizados, apresentando, portanto, um projeto de nação brasileira. Um destes pensadores foi Aureliano Cândido Tavares Bastos.

1) O projeto nacional de Tavares Bastos.

O termo *nação* aparece na obra de Bastos de forma difusa, abarcando diferentes significados. Por vezes, o mesmo termo é empregado no sentido de ente político que se apresenta sob a forma de um Estado soberano. Dessa forma, tanto o Brasil, quanto os EUA, por exemplo, passaram do estado de colônias para o de nações, quando conquistaram sua independência política. No caso da América do Norte: “Antes da sua emancipação, possuíam estas colônias, portanto, a liberdade civil e política, e, constituindo-se em Estados Unidos, apenas ganharam com a independência a soberania, tomando lugar entre as *nações*”.³ Note-se

que, neste caso, já estavam estabelecidos nas colônias o povo e as instituições políticas, mas a nomenclatura *nação* só é adquirida quando o Estado obtém soberania, através da independência formal. O Império do Brasil, apesar de não ter evoluído, no que diz respeito às liberdades políticas e civis, em sua passagem de colônia a país independente, nem por isso deixa de ser chamado *nação*.

Uma outra utilização deste vocábulo, bastante distinta da primeira, aparece ainda em seu texto. Neste caso, *nação* corresponde a *povo*, apresentado em oposição ao Estado, que por sua vez é identificado com o governo: “A grande questão que no Brasil se agita resume-se na eterna luta da liberdade contra a força, do indivíduo contra o Estado. Reduzir o poder ao seu legítimo papel, emancipar as *nações* da tutela dos governos, obra duradoura do século presente, é o que se chama descentralizar”.⁴ A obra da centralização significava, pois, repelir a “iniciativa particular, anulando os vários focos da atividade *nacional*”.⁵ Com efeito, o autor apelava: “Descentralizai o governo; aproximai a forma provincial da forma federativa; a si próprias entregai as províncias; confiai à *nação* o que é seu...”⁶ Dentro desta última acepção, portanto, a *nação* corresponde ao conjunto dos indivíduos livres que só podem se fazer bem representados através de instituições administrativas autônomas e próximas de si, que estejam sob seu controle – ou seja, as instituições provinciais.⁷

Em todos os casos, portanto, a *nação brasileira* é um dado da realidade e não algo a ser efetivado. Isso significa dizer que, para Tavares Bastos, o problema não é elaborar um projeto para o Brasil que se fundamente na constituição de sua identidade nacional. Se fosse assim, como em tantos outros projetos nacionalistas, se faria necessário reunir os traços básicos constitutivos da cultura nacional – que Hobsbawm chamou de “elementos protonacionais”⁸: língua, etnia, religião – e desejar torná-los um patrimônio comum de todos os brasileiros, para que a partir do mesmo o Brasil se consolidasse como Estado-nação. A visão de Bastos acerca do problema brasileiro passa muito longe do nacionalismo; especialmente, por ser ele um adepto fervoroso do liberalismo.

Como também esclarece Hobsbawm, quanto à questão nacional “encontramos no discurso liberal do século XIX um surpreendente grau de vaguidade. Isto se deve não tanto à falência em pensar até o fim o problema da nação, mas sim ao pressuposto de que a nação não devia ser explicada, pois já era óbvia. Daí boa parte da teoria liberal das nações emergir apenas à margem do discurso de escritores liberais”.⁹ A preocupação liberal elementar de restringir o poder do Estado proporcionava uma certa tensão entre o liberalismo e o nacionalismo, uma vez que este último, em tantas versões daquela época, vinha associado ao

fortalecimento e à centralização estatal. A observação de Hobsbawm se aplica muito bem ao pensamento de Tavares Bastos.

Não obstante ter abraçado tal percepção da questão nacional, Bastos, sem dúvida alguma, elaborou, ao longo de seus escritos, um projeto para a nação brasileira. Pode-se dizer que seu projeto é divisível em dois planos, os quais estão indissolivelmente interligados. O primeiro plano, seria o da organização política e administrativa do país – portanto, um projeto de reforma do poder público, em todas as suas instâncias. O segundo plano, seria o da transformação dos modos de agir e pensar, e dos valores dos brasileiros – portanto, um projeto civilizador¹⁰.

No plano político, Tavares Bastos tem a receita clara e enfática da descentralização como necessidade primordial para o progresso do país. A adoção plena do ideário liberal clássico o leva, como já citado, a combater com veemência a centralização de poderes nas mãos do Estado. Em sua compreensão, monarquia centralizada é sinônimo de absolutismo despótico, e o resultado da centralização é a supressão das liberdades individuais. Ao longo das páginas de *A Província*, especialmente na segunda parte, o autor apresenta uma série de propostas de reforma, para cada uma das instâncias do poder público – das assembleias e dos executivos provinciais, da polícia, da guarda nacional, dos tribunais judiciários, etc –, de tal forma que fossem consideravelmente ampliadas as competências das instituições locais, e que as mesmas fossem desligadas do controle do governo do Império. Em síntese, as províncias teriam a maior fatia de responsabilidade na administração pública, a qual estaria entregue aos cidadãos das localidades. É assim que Bastos vincula exercício das liberdades individuais à participação política e à descentralização do poder.

A reforma política almejada por Tavares Bastos tinha, além de tudo, um papel fundamental de pressuposto do segundo plano de reforma que o próprio autor indicaria como um processo de “elevação moral do povo”. Assim, só a partir da supressão do absolutismo, que privava o povo das liberdades, sufocando o afloramento das capacidades individuais, é que se poderia trabalhar para transformar o caráter do mesmo povo: “Melhorarem as condições morais do povo sob um sistema de governo que as não favoreça ou que as corrompa, é absurdo. Ora, para que um povo se aperfeiçoe e aumente em virtudes, é mister que seja livre”.¹¹ A incapacidade do povo sempre fora invocada para justificar o despotismo, mas enquanto o mesmo despotismo não fosse eliminado, jamais seria possível a cura para a paralisia popular.

Entretanto, não bastava dar liberdade a uma população que se encontrava num estado degradado de “deplorável situação moral”. Eram necessárias ações contundentes do próprio

poder público, combinadas com iniciativas privadas, para resgatar as “populações mergulhadas nas trevas”. Neste sentido, o principal plano a ser executado era, conforme o “interesse fundamental dos povos modernos”, a instrução pública. Quanto à questão educacional, o autor estava certo de que o povo brasileiro não havia entrado “ainda na órbita do mundo civilizado”.¹² Seguia, pois, o conjunto de idéias acerca da educação pública consagrado pela Revolução Francesa: era necessário educar os brasileiros, de acordo com as luzes da civilização, para que fossem aptos a exercerem seu papel de cidadãos. Ele defende um sistema educacional nacional amplo, gratuito, aberto a todos, sem discriminação de cor, sexo ou classe social, subvencionado pelo Estado, sem, contudo, impedir a iniciativa particular. Observe-se ainda que tal sistema era, especialmente, indispensável para a inclusão dos egressos da escravidão – homens e mulheres profundamente degradados – no âmbito da cidadania.

Dentro deste plano de conversão dos brasileiros aos princípios da civilização, processo de transformação moral do caráter do povo, Tavares Bastos identifica, ao lado da educação escolar – que, diga-se de passagem, devia ser inteiramente laica –, um papel extremamente importante a ser desempenhado pela formação religiosa.

2) O papel da religião em seu projeto nacional.

Em uma das *Cartas do Solitário*, Tavares Bastos descreve o quadro de penúria por que passavam as instituições eclesiásticas brasileiras. De acordo com o mesmo, não só as classes populares eram completamente ignorantes quanto à religião; também as “classes superiores” o eram, e tal situação reclamava uma reforma: “Há um ponto sobre que todos concordam hoje: a falta de verdadeira piedade religiosa nas classes superiores de nosso povo, desde os cortesãos até os capitalistas. Ora, partindo-se deste fato pergunta-se: Qual o caminho para entrarmos em uma reforma dos costumes, na verdade de religião?”¹³

Bastos entendia – como, aliás, era comum pensar na época – que a religião tinha um papel indispensável na formação dos costumes e do caráter de um povo. Era necessária, por isso, uma religião que cooperasse com o trabalho de civilização dos brasileiros, fornecendo-lhes uma estrutura mental de crenças e valores que os tornasse cidadãos responsáveis e operosos: “Se é preciso reviver o zelo religioso, dêem ao povo uma instrução inocente e útil, que facilite e prepare os hábitos de trabalho... Seja o povo civilizado e trabalhador, e o padre um homem ilustrado, verdadeira imagem do ministro divino, como a compreendem e executam os sacerdotes ingleses”.¹⁴

Na qualificação do clero brasileiro, Tavares Bastos tece suas mais violentas críticas. Além de moralmente corrompido, ele considerava o clero fanático porque defensor dos princípios ultramontanos, segundo os quais, as doutrinas liberais representavam investidas profanas contra o poder da Igreja, e deviam ser rechaçadas pelo revigoramento da escolástica: “Sim, foram os horrores do santo ofício, os absurdos da censura, o ridículo culto exterior exagerado, as pretensões clericais e o espetáculo ainda hoje subsistente da imoralidade, da intolerância e do feudalismo reinando em Roma, foram essas as causas tristíssimas da reação ímpia que hoje se ostenta”.¹⁵

Se, no terreno estritamente político, o grande problema a ser combatido era o despotismo, representado pela centralização, no campo religioso, o arquiinimigo de todos os que queriam o progresso do Brasil era o clero ultramontano: “Levantemo-nos, meu amigo, e apressemo-nos em combater o inimigo invisível e calado que nos persegue nas trevas. Ele se chama o espírito clerical, isto é, o cadáver do passado: e nós somos o espírito liberal, isto é, o obreiro do futuro”.¹⁶

Para Bastos, a solução para este “estado deplorável” em que se encontrava a religião no Império requeria, antes de qualquer coisa, a decretação de irrestrita liberdade religiosa. A Constituição do Império assegurava a tolerância de todas as religiões cristãs, porém, com certas restrições quanto à forma exterior dos lugares de culto.¹⁷ Além dos limites constitucionais, na prática, havia um consenso tácito de que a pregação de doutrinas religiosas diferentes das abraçadas pela Igreja oficial era algo proibido. Dentro desta percepção se movia o clero, fazendo campanhas constantes contra a divulgação do protestantismo, efetuada pelos missionários norte-americanos.¹⁸ Tavares Bastos defendia, pois, que não bastava a tolerância de todos os cultos, era preciso uma total separação entre o Estado e a Igreja, para que a religiosidade se enquadrasse dentro da esfera privada das opções particulares dos indivíduos.

Uma tal separação serviria, não só para libertação dos indivíduos do jugo de um clero que os queria preso a idéias arcaicas, mas também para a depuração da própria religião católica, pois o controle por parte do Estado só pode corromper tanto a sociedade quanto a Igreja: “A igreja deve e há de ser um dia plenamente livre no exercício de sua missão religiosa; para ensinar e para officiar, ela não precisa no futuro de encostar-se ao braço secular, ou de suportar a sua vigilância”.¹⁹

Assim, todas as religiões, inclusive o catolicismo, deveriam operar no país de forma inteiramente livre, independentes da intervenção estatal. Nisso, como em muitas outras

coisas, o Brasil deveria seguir o exemplo do mundo anglo-saxônico, especialmente, dos Estados Unidos.

3) Os EUA como modelo de nação para o Brasil.

A elaboração de um projeto nacionalista costuma contemplar a busca de aspectos da cultura popular pelos quais o povo possa ser integrado, que projetem a idéia de unidade do todo nacional e que lhe dêem uma compleição particular, diferenciada em relação às demais nacionalidades. Tal busca respeita uma regra básica da composição de identidades. É preciso, internamente, ser um todo coerente e indivisível, e ao mesmo tempo guardar características específicas distintivas frente às demais unidades politicamente equivalentes.²⁰ O autor de que agora tratamos contrariou frontalmente este princípio.

Influenciado pelas premissas do liberalismo francês e anglo-saxônico, Tavares Bastos entendia que, na escalada progressiva das nações rumo ao aperfeiçoamento, existe um padrão ideal universal de Civilização a ser perseguido. Este padrão segue a regra da máxima liberdade dada aos cidadãos individualmente, do respeito da diversidade e do incentivo ao desenvolvimento das potencialidades particulares, proporcionado pela interação competitiva dos indivíduos. O mesmo padrão era maximamente representado pelas sociedades nacionais anglo-saxônicas, sobretudo, pelos EUA. Portanto, não era se uniformizando internamente, nem se afirmando sobre suas particularidades distintivas que o Brasil poderia progredir e civilizar-se; pelo contrário, o país não devia procurar abafar a diversidade das realidades provinciais, nem deixar de imitar as nações desenvolvidas.

É difícil exagerar a admiração que Tavares Bastos demonstra pelo mundo anglo-saxônico: “Sou um entusiasta frenético da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza deste povo quando contemplo a da república que ela fundou na América do Norte. (...) É deste último país justamente que nos pode vir mais experiência prática a bem de nossa agricultura, de nossas circunstâncias econômicas, que tem com as da União a mais viva semelhança”.²¹ Assim, a despeito do fato de ser o Brasil um país monárquico como a Inglaterra, é principalmente nos EUA que ele devia se espelhar.

No aspecto do regime político, o Império Brasileiro precisava minimizar suas diferenças em relação aos Estados Unidos, mesmo que não viesse a se tornar república, pela adoção do sistema federativo. Era aquele país o melhor modelo deste sistema, “protótipo das federações modernas”.²² O federalismo, como praticado nos EUA, era um componente básico e indispensável para a configuração de uma sociedade nacional que primasse pela garantia das liberdades civis.²³ A pujança da federação norte-americana era o melhor exemplo de que a

diversidade interna e a autonomia provincial deveriam ser celebradas como fomentadoras do progresso: “O primitivo anglo-americano, o imigrante irlandês, o escocês, o alemão, o francês, e o espanhol dos Estados do sul, aí se congregam, naquele mundo em miniatura, produzindo, sem a uniformidade de leis, sem a unidade de crenças, sem a identidade de línguas, a mais robusta república que viram os séculos, o mais florescente dos Estados do globo”.²⁴

No pensamento de Tavares Bastos, para que o Brasil se tornasse mais semelhante aos Estados Unidos, o que era sinônimo de progresso e prosperidade, se fazia necessária a tomada de iniciativas práticas de intensificação das relações entre os dois países. Com este fim, o autor defendeu uma série de projetos tais como a ampliação do comércio bilateral, a abertura da navegação do Amazonas aos navios estrangeiros – que tinha como alvo o investimento norte-americano na região –, o estabelecimento de comunicação telegráfica e de uma linha regular de navios a vapor ligando Nova Iorque ao Rio de Janeiro. Cada uma destas medidas recebeu atenção específica de Bastos em vários artigos publicados na imprensa da corte. Estes demonstravam que o volume das trocas comerciais entre Brasil e EUA tinha crescido entre a década de 40 e o início da década de 60 de tal forma que, breve, a América do Norte suplantaria a Inglaterra como consumidora das exportações brasileiras – o que posteriormente se efetivou na década de 70.²⁵ Por isso, o relacionamento com a República Norte-americana deveria tornar-se prioritário para o Império Brasileiro, e empreendimentos como a abertura do Amazonas e a linha de vapores Nova Iorque – Rio deveriam concretizar a entrada definitiva do Brasil na esfera de influência dos EUA.²⁶ O autor não hesitava em oferecer o pescoço brasileiro à espada norte-americana, segundo ele, preferível a da Europa: “... levantar, entre a justiça da nossa causa e as ambições impacientes e atividade febricitante de certos governos da Europa Ocidental, o braço poderoso americano; fazer pesar na balança dos nossos destinos a espada dos Estados Unidos, eis aí a política exigida pelas circunstâncias atuais e aconselhada pelas conveniências de todos os tempos”.²⁷

Além da aproximação no aspecto econômico e no aspecto político, cumpria esperar do crescimento da interação entre os dois países um influxo do caráter da civilização norte-americana no Brasil. Segundo Tavares Bastos, o povo brasileiro precisava de uma “nova alma”, de uma completa reforma de costumes: “É preciso mudar de hábitos, é preciso por outra alma no corpo brasileiro”.²⁸ E tanto melhor para conformação da alma brasileira aos princípios da civilização quanto mais aberto estivesse o país à influência do espírito livre dos Estados Unidos: “O que pode ofender a monarquia no Brasil é a prolongação da miséria e

depravação moral do país. Promovamos a sua felicidade (...) e não tenhamos receio do espírito civilizador, democrático, evangélico, humanitário e fraternal dos norte-americanos”.²⁹

Na visão de Bastos, o povo brasileiro tinha um grave problema de amesquinamento e corrupção moral, resultado de múltiplos fatores que poderiam ser resumidos em termos de limitação (ou supressão) secular das liberdades, fosse liberdade política, de pensamento, de religião, econômica, ou mesmo, absoluta, pela instituição da escravidão. Como vimos, era a educação pública que tinha um papel primordial para desempenhar neste processo de resgate do povo das trevas da ignorância, para formação dos cidadãos civilizados. Porém, quanto mais fosse possível, por outros meios, colocar os brasileiros em contato com os valores, os costumes e as idéias de sociedades altamente civilizadas como a norte-americana, melhor. “É sob este ponto de vista, é por bem do progresso, ou, antes, da reforma moral do país, que eu desejo ardentemente as mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos”.³⁰

Havia duas formas mais específicas de garantir um contato maior dos brasileiros com o espírito civilizador norte-americano. A primeira delas surgiu em decorrência da Guerra de Secessão, quando, depois da derrota, um determinado contingente de confederados procurou na América do Sul um novo lugar para se estabelecerem. Tavares Bastos, juntamente com outros políticos liberais, ajudou a fundar uma *Sociedade Internacional de Imigração* (1866), que realizou campanha em prol da imigração em massa dos sulistas norte-americanos para o Brasil.³¹ O número de imigrantes, contudo, veio a ser muito inferior ao que se esperava.

A segunda forma de permitir maior contato dos brasileiros com a civilização estadunidense era franquear o Império à atuação dos missionários americanos que, cada vez mais, procuravam o Brasil para difundir sua religião. Aquilo que mais tarde Max Weber faria em termos inteiramente diversos – a associação entre o sucesso econômico capitalista e a religião protestante – Tavares Bastos já fazia, seguindo a compreensão da maior parte dos protestantes americanos da época, de que o espírito liberal da Reforma Protestante tinha infundido na cultura dos EUA os princípios da liberdade individual, que resultaram em sua prosperidade. Para ele, a diferença de composição da religiosidade estava na raiz da distinção entre a miséria brasileira e o progresso norte-americano: “Invoco a história. Como é que uma simples colônia, a Nova Inglaterra, pôde de repente transformar-se na poderosa, rica, vasta, ilustrada, livre, inteligente, generosa, audaz república dos Estados Unidos da América? Porque, desde os seus começos, desde a sua povoação, fecundou-os o espírito liberal da Reforma Protestante, a moralidade, o amor ao trabalho, a inteligência, a perseverança, a consciência da dignidade humana e o zelo da independência pessoal, que são o verbo do evangelho e constituem os grandes característicos das raças do norte do globo. Com efeito,

em vez de suportarem a ignara opressão dos ridículos capitães-mores e o fanatismo estúpido dos padres católicos do século XVI, os Estados Unidos foram povoados por *quakers* e outras seitas independentes, e governados por lordes ingleses. Eis o mistério”.³²

Por este motivo, apesar de não ter se tornado protestante, Tavares Bastos foi amigo dos missionários protestantes que atuavam no Brasil Imperial – foi seu advogado e defendeu sua liberdade de ação através da imprensa.³³ Fez isto porque, além de abraçar o princípio da liberdade religiosa, esperava que a difusão das religiões protestante aqui pudesse produzir sobre o espírito dos brasileiros o mesmo efeito que, ele acreditava, tinham tido sobre a civilização e o progresso dos Estados Unidos.

Conclusão.

Tavares Bastos, absolutamente, não tinha um projeto nacionalista para o Brasil. Como seguidor das idéias liberais clássicas, entendia a nação como uma etapa natural no desenvolvimento progressivo das formas de constituição política dos povos. Assim, a nacionalidade não era um bem espiritual que servia de suporte para a integração e consolidação política de um povo, mas sim um dado da realidade que, no caso brasileiro, precisava ser adequado aos padrões universais da Civilização moderna.

O avanço do processo civilizador no Brasil era considerado por Bastos uma necessidade urgente, reclamada pelas circunstâncias deploráveis do caráter moral das populações do país, corrompidas pela privação das liberdades individuais. Por isso, os pressupostos elementares de todo o processo de regeneração da capacidade nacional, dependiam, necessariamente, do declínio do controle do Estado sobre a sociedade. Não só o fim da escravidão e a concessão de plena liberdade econômica e religiosa, como, principalmente, a ampliação da autonomia das instituições provinciais, funcionavam como condições primordiais para a transformação dos brasileiros em cidadãos.

Não obstante, a ampliação das liberdades não era tudo. Além disso, o povo brasileiro carecia de instrução, pela qual superaria a ignorância e a indolência arraigada em sua cultura, para que fosse introduzido dentro de um novo sistema de valores e de hábitos, o qual o tornaria apto para o trabalho e para a participação política. Neste ponto, juntamente com as escolas públicas, a religião tinha um importante papel a desempenhar. Era preciso, pois, retirar o povo brasileiro de sob a influência perniciosa do clero ultramontano, fanático e desmoralizado, para que através da plena liberdade de culto, os brasileiros pudessem aderir a uma forma de religião autenticamente civilizadora. Neste sentido, como em muitos outros, os EUA eram um bom exemplo a ser seguido pelo Brasil. Tal país era considerado por Tavares

Bastos o “*rendez-vous* do mundo civilizado” e devia ser imitado pelo Império Brasileiro tanto quanto possível. A aproximação entre os dois países era um ponto de importância fundamental para o progresso da nação brasileira. Dessa maneira, tanto melhor quanto mais os brasileiros fossem influenciados pelos hábitos, pelas idéias, pela política, pela economia e pela religião dos norte-americanos.

Concluimos, pois, que o projeto nacional de Tavares Bastos era um plano civilizador, no qual a religiosidade desempenhava um papel elementar de formadora das almas, e devia fazer isso seguindo o exemplo da religião reformada protestante, conforme praticada e entendida nos Estados Unidos da América.

¹ *Qu'est-ce qu'une nation?*, em: *Nationalism*, pp. 17, 18.

² No dizer de José M. de Carvalho; em *Brasil: nações imaginadas*, em *Pontos e bordados*, pp. 233-264.

³ *A Província*, p. 50.

⁴ *Idem*, p. 10.

⁵ *Idem*, p. 16.

⁶ *Idem*, p. 30.

⁷ Outrossim, o *patriotismo* é considerado por Bastos uma “virtude cívica”, que surge em um ambiente em que se combina liberdade individual com o “indizível amor dos nossos lares, da nossa terra e da nossa gente”; e, assim, *pátria* compreende um misto de espaço geográfico e comunidade humana, envolvidos num sentimento de pertencimento. *Idem*, p. 16.

⁸ *Nações e nacionalismo desde 1780*, p. 63-94.

⁹ *Idem*, p. 36.

¹⁰ O sentido do termo civilização, tal qual empregado por Tavares Bastos, parece enquadrar-se bem na definição dada por Nobeit Elias de “civilização como transformação do comportamento”. *O Processo Civilizador*, vol. 1.

¹¹ *A Província*, p. 31.

¹² *Idem*, p. 145.

¹³ *Cartas do Solitário*, p. 58.

¹⁴ *Idem*, p. 59.

¹⁵ *Idem*, p. 58.

¹⁶ *Idem*, p. 60.

¹⁷ A Constituição de 1824, no Art. 5º, afirmava: “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.”

¹⁸ David Gueiros Vieira, *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, pp. 124-128.

¹⁹ Cumpre notar que o próprio Bastos jamais negou a fé católica, inclusive, algumas vezes, defendendo-se da acusação de ser protestante: “Quem isto escreve não é um protestante. Vós podeis atestar a fidelidade que sempre consagrou ao catolicismo, e ainda consagra...” *Cartas do Solitário*, p. 64.

²⁰ J. Hutchinson & A. D. Smith, *Nationalism*.

²¹ *Cartas do Solitário*, p. 343.

²² *A Província*, p. 35.

²³ “Os americanos do norte, disse-o um grande pensador, estão ensaiando o ideal de governo do futuro. Uma descentralização completa, combinada com a intervenção constante da soberania popular, eis os traços principais do seu sistema político.” *Idem*, p. 47.

²⁴ *Idem*, p. 47

²⁵ *Cartas do solitário*, p. 333.

²⁶ “Do Amazonas aos Estados Unidos há apenas um passo, e, depois de perguntar si temos o direito de bater com uma porta de bronze sobre a face do futuro das maravilhosas regiões por onde se estende majestoso o gigante dos rios, eu mostrarei se é possível estarmos em relações mais estreitas com a Europa do que com os Estados Unidos, de que parecemos fugir, em vez de fazer que, graças ao vapor e ao telégrafo elétrico, o Rio de Janeiro aperte cordialmente, por cima do oceano, as mãos de Nova Iorque.” *Idem*, p. 142.

²⁷ *Idem*, p. 405.

²⁸ *Idem*, p. 343.

²⁹ *Idem*, p. 344.

³⁰ *Idem*.

³¹ Assim Bastos escreveu em sua *Memória sobre Imigração*: “Se a emigração manifestar-se em escala considerável, o Brasil auferirá da guerra e das excitações políticas dos Estados Unidos o mesmo legítimo proveito que alcançaram a Holanda, a Alemanha e a Inglaterra da cruel revogação do Edito de Nantes. Como esses países europeus, nós daremos abrigo a homens industriais, que comunicarão ao nosso povo as suas artes, a sua perícia e a sua atividade.” Publicado na 2ª edição de *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, p.62.

³² *Cartas do Solitário*, p. 324.

³³ Uma das *Cartas do Solitário* trata especificamente da defesa da liberação de folhetos de propaganda religiosa, retidos na alfândega sob censura, do missionário Robert R. Kalley, amigo de Bastos e figura chave nos sucessos da divulgação do protestantismo no Império. *Idem*, pp. 111-115.

Bibliografia:

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, s. d.

_____. *Cartas do Solitário*. 2ª ed. Rio: Tipografia da Atualidade, 1863.

_____. *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (estudos brasileiros)*. 2ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

_____. *O Vale do Amazonas – Estudo sobre a livre navegação do Amazonas*. Rio: B. L. Garnier, Livreiro Editor, 1866.

CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: nações imaginadas*, em: *Pontos e Bordados*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, vol. 1. Tradução Ruy Jungmann, Rio: Jorge Zahar Editor, 1989.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal & PRADO, Maria Emília (orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio: Editora Revan/UERJ, 2001.

HOBBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Tradução Maria C. Paoli e Anna M. Quirino, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUTCHINSON, J. & SMITH, A. D. (orgs.) *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

- MENDONÇA, Antônio Gouvêa & VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MORAES FILHO, Evaristo. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*, 2ª ed., Rio: Topbooks, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio: Nova Fronteira, 1999.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido, 1839-1875)*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1980.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de M. Irene Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi, São Paulo: Editora Pioneira, 14.ª ed., 1999.
- PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio: Access, 1999.